

Garimpo: Procurador critica o Governo

Telefoto de Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, voltou de férias ontem e reassumiu o posto defendendo as iniciativas do Subprocurador Eugênio Aragão, pivô de uma crise que envolve, há uma semana, o Ministro da Justiça, Saulo Ramos, o Diretor Geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, e o Ministério Público Federal. De acordo com Aristides Junqueira, a retirada de 45 mil garimpeiros das reservas ianomamis em Roraima — bem como a interdição das áreas, como determina a liminar do Juiz Novelty Reis — ainda não foi cumprida “por falta de vontade política do Governo, e não por falta de condições para cumpri-la”.

Ele informou que, mesmo no caso de mudanças na liminar, o Ministério Público Federal recorrerá até a última instância para garantir o direito dos indígenas sobre aquelas terras.

— Não podemos aceitar manobras contra uma decisão judicial em vigor, porque qualquer alternativa criada representa seu descumprimento. O dia em que o Poder Judiciário não tiver força para fazer cumprir suas decisões teremos, então, chegado ao caos completo. Se o Governo entende que é impossível cumprir o que determina a liminar, que recorra, como permite a lei, para provar isto. Não aceitamos estas justificativas de impossibilidade através de meras palavras, porque isto é ignorar o Poder Judiciário. E quem não cumpre a lei deve ser punido — acrescentou o Procurador.

Sobre as acusações feitas por Tuma e Saulo a Eugênio Aragão, Aristides Junqueira disse que foram dirigidas “a um dos Procuradores mais sérios, competentes e idealistas” do Ministério Público.

— Li a petição do Doutor Aragão e acho que ele foi duro no texto, mas refletiu exatamente o que o Ministério Público pensa da situação, e não apenas neste caso. Decisão judicial não é brincadeira, não pode virar bate-boca: ou se cumpre ou se pune quem descumpra. Ele apenas colocou as coisas em seus devidos lugares. O Ministro Saulo Ramos não o conhece e não poderia, portanto, classificá-lo de xita — acrescentou.



Garimpeiro transporta tambores de combustível na região de Paapiú, onde fica a maior pista fora de Boa Vista

Assessor de Collor também condena o Planalto

DENISE ROTHENBURG

BRASÍLIA — O ex-Presidente da Funai Apoená Meirelles disse ontem que a operação de retirada dos garimpeiros da área ianomami em Roraima “não passa de uma palhaçada, porque jamais o Governo conseguirá remover as 45 mil pessoas que ocupam o local”. Apoená é responsável por parte do programa de meio ambiente do Presidente eleito, Fernando Collor, e atribui a atual situação na região dos ianomamis ao descaso dos Governos federal e estadual.

— O papel do Governo era evitar que os 45 mil garimpeiros ocupassem a reserva. A lei é clara: a terra é dos índios e não dos garimpeiros. O

problema é que o Governo não se preocupou em cumprir a lei quando deveria. Agora, a situação chegou a tal ponto que é praticamente impossível evacuar a área — afirmou.

No programa do Governo Collor, ele incluiu a retirada dos invasores das áreas indígenas como forma de preservar os rios e a cultura das tribos. Outra proposta — que não foi detalhada no documento “Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor de Mello” — era a descentralização da Funai.

— A Funai é inviável hoje por causa da grande concentração de funcionários nos gabinetes, que não têm conhecimento das aldeias indígenas e não atendem diretamente às tribos. Em Brasília e nas Capitais, os escri-

tórios da Funai estão repletos de funcionários, mas as aldeias estão à mercê dos invasores — disse Apoená.

Ele afirmou ainda que os garimpeiros começaram a romaria para a terra dos ianomamis no fim de 1987, quando a Funai já estava sob a administração do atual Governador de Roraima, Romero Jucá, também aliado do Presidente eleito mas que diverge de Apoená sobre política indigenista. Sem citar Jucá, ele disse que todas as pessoas diretamente envolvidas na proteção das áreas indígenas que não tomaram providências para a retirada dos garimpeiros em 1987 deveriam ser presas, sem distinção de cargo ou posição no Governo.

Agentes continuam ação antigarimpeiros

LÚCIA TORIBIO
Enviada especial

BOA VISTA — A Polícia Federal iniciou ontem, em Roraima, a segunda etapa da operação de retirada dos garimpeiros das terras dos índios ianomamis, determinada por liminar da Justiça federal. Um Hércules camuflado da Força Aérea Brasileira (FAB) pousou às 14 horas no Aeroporto de Boa Vista, carregado de barracas, equipamentos de comunicação, mantimentos, armas e munição, para a instalação, hoje, de uma base avançada na região do Paapiú, a 500 quilômetros da Capital, de onde partirão os agentes para dentro da selva.

Até o fim da noite de hoje, a Polícia Federal terá em Roraima 250 agentes — mais que o dobro do número de agentes que participaram da primeira etapa do plano de retirada. Desde o início deste mês, 115 homens foram destacados para controlar os dois aeroportos de Boa Vista — o Internacional e o do Jockey Club — e as pistas de Paapiú, Mucajai e Caracarái, de onde os aviões não podem decolar sem plano de voo autorizado ou levando combustível e mantimentos para as primeiras áreas dadas como interditadas.

A partir do acampamento, que será ocupado amanhã com 50 agentes, a Polícia Federal ampliará o policiamento ostensivo na pista do Paapiú — a maior fora da Capital e principal ponto de apoio para todos os garimpos da região — e começará as incursões na selva pelas “trilhas de varação”, que estão sendo abertas pelos garimpeiros para fugir dos pontos mais visados e reiniciar a atividade em novas frentes.

As informações que chegam a Boa Vista são de que, apesar do acordo, os garimpeiros continuam resistindo a sair da área e já encontraram fórmulas de burlar a fiscalização dos agentes do Departamento de Polícia Federal.

O expediente mais usado tem sido o transporte de mantimentos e combustível para pistas próximas às interditadas.

Apostador diz que foi lesado no clube de Juarez Soares

SÃO PAULO — O propagandista Valdir José Gianella disse ontem à Polícia que freqüentava o Rui Chapéu Snooker Club, onde costumava perder, quase diariamente, entre NCZ\$ 200 e NCZ\$ 300 no videopôquer. Justamente no dia em que ganhou da máquina, Valdir recebeu de Rivaldo Pereira Amorim, filho do campeão de sinuca Rui Chapéu, a explicação de que não podia pagar o que lhe era devido, porque o clube estava sem dinheiro.

Diante disso, ele deixou seu nome e o número da conta bancária, ouvindo a promessa de que a quantia seria depositada no dia seguinte.

— Estou esperando o depósito até hoje. Parece que o pessoal esqueceu — disse Valdir ao Delegado Nicanor Nogueira Branco.

O nome do propagandista figurava numa relação apreendida em poder de Rivaldo, que trabalhava no clube onde seu pai tem como sócio o Secretário de Esportes da Prefeitura de São Paulo, Juarez Soares.

Segundo o Delegado Nicanor, o que mais contribuiu para o inquérito neste depoimento foi a confirmação que as máquinas eram exploradas comercialmente — e não apenas por “brincadeira”, como Rui Chapéu e seus parentes afirmaram.

— Agora a Justiça terá com este depoimento um quadro bastante claro de toda a situação. Não adianta encobrir o sol com a peneira. Vamos ouvir outro cliente para fortalecermos ainda mais nossas provas — explicou o Delegado.

O inquérito aberto contra Juarez Soares e Rui Chapéu está na Justiça com a solicitação de mais prazo para novas investigações.

— Espero que a Justiça autorize o prosseguimento das investigações. O videopôquer precisa ser banido definitivamente do País porque representa lucro certo apenas para seus exploradores — explicou.